

Secretaria do Estado da Fazenda de Alagoas

SEFAZ-AL

Auditor De Finanças E Controle De
Arrecadação Da Fazenda Estadual

Volume I

NB047-N9-A

Todos os direitos autorais desta obra são protegidos pela Lei nº 9.610, de 19/12/1998.
Proibida a reprodução, total ou parcialmente, sem autorização prévia expressa por escrito da editora e do autor. Se você conhece algum caso de "pirataria" de nossos materiais, denuncie pelo sac@novaconcursos.com.br.

OBRA

Secretaria do Estado da Fazenda de Alagoas

Auditor Fiscal da Receita do Estado

EDITAL Nº 1 – SEFAZ/AL, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2019

AUTORES

Língua Portuguesa - Profª Zenaide Auxiliadora Pachegas Branco
Direito Administrativo - Profº Fernando Zantedeschi
Direito Constitucional - Profº Rodrigo Gonçalves e Ricardo Razaboni
Direito Empresarial - Profª Mariela Cardoso
Direito Civil - Profª Mariela Cardoso
Direito Penal - Profº Ricardo Razaboni
Direito Tributário - Profª Mariela Cardoso e Roberta Serafim
Contabilidade Geral - Profª Tatiana Carvalho
Contabilidade de Custos - Profª Tatiana Carvalho
Economia - Profª Tatiana Carvalho
Tecnologia da Informação - Profº Ovidio Lopes da Cruz Netto
Raciocínio Lógico - Profº Bruno Chierigatti e Joao de Sá Brasil
Contabilidade Pública - Profª Tatiana Carvalho
Finanças Públicas - Profº Fernando Zantedeschi

PRODUÇÃO EDITORIAL/REVISÃO

Christine Liber
Leandro Filho
Robson Silva

DIAGRAMAÇÃO

Renato Vilela
Thais Regis
Victor Andrade

CAPA

Joel Ferreira dos Santos



www.novaconcursos.com.br

sac@novaconcursos.com.br

APRESENTAÇÃO

PARABÉNS! ESTE É O PASSAPORTE PARA SUA APROVAÇÃO.

A Nova Concursos tem um único propósito: mudar a vida das pessoas.

Vamos ajudar você a alcançar o tão desejado cargo público.

Nossos livros são elaborados por professores que atuam na área de Concursos Públicos. Assim a matéria é organizada de forma que otimize o tempo do candidato. Afinal corremos contra o tempo, por isso a preparação é muito importante.

Aproveitando, convidamos você para conhecer nossa linha de produtos "Cursos online", conteúdos preparatórios e por edital, ministrados pelos melhores professores do mercado.

Estar à frente é nosso objetivo, sempre.

Contamos com índice de aprovação de 87%*.

O que nos motiva é a busca da excelência. Aumentar este índice é nossa meta.

Acesse **www.novaconcursos.com.br** e conheça todos os nossos produtos.

Oferecemos uma solução completa com foco na sua aprovação, como: apostilas, livros, cursos online, questões comentadas e treinamentos com simulados online.

Desejamos-lhe muito sucesso nesta nova etapa da sua vida!

Obrigado e bons estudos!

*Índice de aprovação baseado em ferramentas internas de medição.

CURSO ONLINE



PASSO 1

Acesse:

www.novaconcursos.com.br/passaporte



PASSO 2

Digite o código do produto no campo indicado no site.

O código encontra-se no verso da capa da apostila.

*Utilize sempre os 8 primeiros dígitos.

Ex: JN001-19



PASSO 3

Pronto!

Você já pode acessar os conteúdos online.

SUMÁRIO

LÍNGUA PORTUGUESA

Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados. Reconhecimento de tipos e gêneros textuais.....	01
Domínio da ortografia oficial.....	07
Domínio dos mecanismos de coesão textual. Emprego de elementos de referência, substituição e repetição, de conectores e de outros elementos de sequenciação textual.....	13
Emprego de tempos e modos verbais. Domínio da estrutura morfossintática do período. Emprego das classes de palavras.....	15
Relações de coordenação entre orações e entre termos da oração. Relações de subordinação entre orações e entre termos da oração.....	53
Emprego dos sinais de pontuação.....	62
Concordância verbal e nominal.....	65
Regência verbal e nominal.....	72
Emprego do sinal indicativo de crase.....	77
Colocação dos pronomes átonos.....	80
Reescrita de frases e parágrafos do texto. Significação das palavras. Substituição de palavras ou de trechos de texto. Reorganização da estrutura de orações e de períodos do texto. Reescrita de textos de diferentes gêneros e níveis de formalidade.....	81

DIREITO ADMINISTRATIVO

Estado, governo e administração pública. Conceitos.....	01
Direito administrativo. Conceito. Objeto. Fontes.....	02
Ato administrativo. Conceito, requisitos, atributos, classificação e espécies. Extinção do ato administrativo. Cassação, anulação, revogação e convalidação. Decadência administrativa.....	04
Agentes públicos. Conceito. Espécies. Cargo, emprego e função pública. Provimento. Vacância. Efetividade, estabilidade e vitaliciedade. Remuneração. Direitos e deveres. Responsabilidade. Processo administrativo disciplinar.....	10
Lei nº 5.247/1991 (Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis do Estado de Alagoas, das Autarquias e das Fundações Públicas Estaduais).....	14
Poderes da administração pública. Hierárquico, disciplinar, regulamentar e de polícia. Uso e abuso de poder.....	14
Regime jurídico-administrativo. Conceito. Princípios expressos e implícitos da administração pública.....	21
Responsabilidade civil do Estado. Evolução histórica. Responsabilidade por ato comissivo do Estado. Responsabilidade por omissão do Estado. Requisitos para a demonstração da responsabilidade do Estado. Causas excludentes e atenuantes da responsabilidade do Estado. Reparação do dano. Direito de regresso.....	24
Serviços públicos. Conceito. Elementos constitutivos. Formas de prestação e meios de execução. Delegação. Concessão, permissão e autorização. Classificação. Princípios.....	27
Organização administrativa. Autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista. Entidades paraestatais e terceiro setor. Serviços sociais autônomos, entidades de apoio, organizações sociais, organizações da sociedade civil de interesse público.....	31
Controle da administração pública. Controle exercido pela Administração Pública. Controle judicial. Controle legislativo.....	38
Lei nº 8.429/1992 (improbidade administrativa).....	46
Lei nº 9.784/199 (processo administrativo).....	57
Licitações e contratos administrativos. Lei nº 8.666/1993. Lei nº 10.520/2002 e demais disposições normativas relativas ao prego.....	67

SUMÁRIO

Decreto nº 7.892/2013 (sistema de registro de preços).....	77
Lei nº 12.462/2011 (Regime Diferenciado de Contratações Públicas).....	83
Decreto nº 6.170/2007. Fundamentos constitucionais.....	84
Lei nº 13.019/2014.....	90

DIREITO CONSTITUCIONAL

Aplicabilidade das normas constitucionais. Normas de eficácia plena, contida e limitada. Normas programáticas.....	01
Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Princípios fundamentais. Direitos e garantias fundamentais...	05
Organização político-administrativa do Estado. Estado federal brasileiro, União, estados, Distrito Federal, municípios e territórios.....	14
Poder Executivo. Atribuições e responsabilidades do presidente da República.....	21
Poder Legislativo. Estrutura. Funcionamento e atribuições. Processo legislativo.....	24
Fiscalização contábil, financeira e orçamentária.....	32
Comissões parlamentares de inquérito.....	33
Poder Judiciário. Disposições gerais. Órgãos do poder Judiciário. Organização e competências, Conselho Nacional de Justiça. Funções essenciais à justiça.....	35
Constituição do Estado de Alagoa.....	52

DIREITO EMPRESARIAL

Empresário: caracterização, inscrição, capacidade.....	01
Empresa individual de responsabilidade limitada.....	03
Sociedade. Empresária e simples. Sociedade não personificada; sociedade personificada; espécies.....	05
Lei nº 6.404/1976 (Sociedade Anônima).....	16
Estabelecimento. Disposições gerais; registro; nome empresarial; prepostos. Escrituração.....	25
Liquidação da sociedade; transformação; incorporação; fusão; cisão.....	35
Órgãos sociais; responsabilidade dos sócios; responsabilidade dos administradores. Desconsideração da personalidade jurídica.....	39
Sociedades coligadas, controladoras e controladas; grupo de sociedades; consórcio; sociedade cooperativa; empresa de pequeno porte e microempresa.....	39
Sociedade nacional; sociedade estrangeira.....	49
Contratos e obrigações mercantis. Regras e princípios gerais; compra e venda mercantil; transporte.....	52
Títulos de crédito. Regras e princípios gerais; requisitos; classificação; exceções oponíveis e inoponíveis ao portador; nota promissória; letra de câmbio; duplicata; cheque.....	59
Falência e recuperação judicial (Lei nº 11.101/2005). Regras e princípios gerais; caracterização e decretação da falência; efeitos da decretação da falência; administração da falência; declaração, verificação e classificação dos créditos; liquidação; extinção das obrigações; crimes falimentares.....	63
O comércio eletrônico.....	66

SUMÁRIO

DIREITO CIVIL

A Lei: vigência no tempo e no espaço.....	01
Sujeitos do Direito: pessoas naturais, pessoas jurídicas; personalidade; capacidade das pessoas naturais e das pessoas jurídicas.....	08
Domicílio.....	20
Objeto do Direito: bens; divisão e espécie de bens.....	22
Fatos jurídicos. Negócios jurídicos. Validade e defeitos. Nulidade. Atos jurídicos. Atos ilícitos, exclusão da ilicitude, abuso do direito.....	23
Prescrição e decadência: conceitos.....	34
Direitos reais e obrigacionais: conceito; natureza; distinção.....	36
Propriedade: conceito; noções gerais; aquisição, perda; restrições ao direito de propriedade; condomínio.....	47
Posse: conceito; classificação; aquisição; perda; efeitos da posse; posse e detenção.....	64
Obrigações. Direitos reais, direitos pessoais; obrigações de dar, de fazer, de não fazer; obrigações decorrentes de atos ilícitos; solidariedade, indivisibilidade, inexecução; transmissão das obrigações; adimplemento e extinção...	68
Direito das Coisas: da posse, dos direitos reais, da propriedade, da superfície, das servidões, do usufruto, do direito do promitente comprador.....	84
Contratos: conceito, classificação; formação; efeitos; revisão; extinção; contrato, pré-contrato e negociações preliminares; compra e venda; troca ou permuta; doação; empréstimo; prestação de serviço; empreitada; depósito; mandato, fiança e aval; sociedade; parceria rural; transporte.	84
Alienação fiduciária em garantia. Cooperativas: conceito; natureza; regime jurídico; atos cooperativos, operações de mercado.....	105
Casamento: regime de bens; dissolução da sociedade conjugal.....	107
Sucessão legítima: ordem de vocação hereditária; herdeiros legítimos, necessários; direito de representação. Sucessão testamentária: noções; testamento público; particular; capacidade para testar; usufruto; revogação dos testamentos. Herança: noções; aceitação; desistência; exclusão.....	113
Inventário e partilha.	120

Secretaria do Estado da Fazenda de Alagoas

SEFAZ-AL

Auditor De Finanças E Controle De
Arrecadação Da Fazenda Estadual

Volume II

NB047-N9-B

Todos os direitos autorais desta obra são protegidos pela Lei nº 9.610, de 19/12/1998.
Proibida a reprodução, total ou parcialmente, sem autorização prévia expressa por escrito da editora e do autor. Se você conhece algum caso de "pirataria" de nossos materiais, denuncie pelo sac@novaconcursos.com.br.

OBRA

Secretaria do Estado da Fazenda de Alagoas

Auditor Fiscal da Receita do Estado

EDITAL Nº 1 – SEFAZ/AL, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2019

AUTORES

Língua Portuguesa - Profª Zenaide Auxiliadora Pachegas Branco
Direito Administrativo - Profº Fernando Zantedeschi
Direito Constitucional - Profº Rodrigo Gonçalves e Ricardo Razaboni
Direito Empresarial - Profª Mariela Cardoso
Direito Civil - Profª Mariela Cardoso
Direito Penal - Profº Ricardo Razaboni
Direito Tributário - Profª Mariela Cardoso e Roberta Serafim
Contabilidade Geral - Profª Tatiana Carvalho
Contabilidade de Custos - Profª Tatiana Carvalho
Economia - Profª Tatiana Carvalho
Tecnologia da Informação - Profº Ovidio Lopes da Cruz Netto
Raciocínio Lógico - Profº Bruno Chierigatti e Joao de Sá Brasil
Contabilidade Pública - Profª Tatiana Carvalho
Finanças Públicas - Profº Fernando Zantedeschi

PRODUÇÃO EDITORIAL/REVISÃO

Christine Liber
Leandro Filho
Robson Silva

DIAGRAMAÇÃO

Renato Vilela
Thais Regis
Victor Andrade

CAPA

Joel Ferreira dos Santos



www.novaconcursos.com.br

sac@novaconcursos.com.br

APRESENTAÇÃO

PARABÉNS! ESTE É O PASSAPORTE PARA SUA APROVAÇÃO.

A Nova Concursos tem um único propósito: mudar a vida das pessoas.

Vamos ajudar você a alcançar o tão desejado cargo público.

Nossos livros são elaborados por professores que atuam na área de Concursos Públicos. Assim a matéria é organizada de forma que otimize o tempo do candidato. Afinal corremos contra o tempo, por isso a preparação é muito importante.

Aproveitando, convidamos você para conhecer nossa linha de produtos "Cursos online", conteúdos preparatórios e por edital, ministrados pelos melhores professores do mercado.

Estar à frente é nosso objetivo, sempre.

Contamos com índice de aprovação de 87%*.

O que nos motiva é a busca da excelência. Aumentar este índice é nossa meta.

Acesse **www.novaconcursos.com.br** e conheça todos os nossos produtos.

Oferecemos uma solução completa com foco na sua aprovação, como: apostilas, livros, cursos online, questões comentadas e treinamentos com simulados online.

Desejamos-lhe muito sucesso nesta nova etapa da sua vida!

Obrigado e bons estudos!

*Índice de aprovação baseado em ferramentas internas de medição.

CURSO ONLINE



PASSO 1

Acesse:

www.novaconcursos.com.br/passaporte



PASSO 2

Digite o código do produto no campo indicado no site.

O código encontra-se no verso da capa da apostila.

*Utilize sempre os 8 primeiros dígitos.

Ex: JN001-19



PASSO 3

Pronto!

Você já pode acessar os conteúdos online.

SUMÁRIO

DIREITO PENAL

Aplicação da lei penal. Crime.....	01
Dolo e culpa.....	07
Crimes contra a fé pública. Falsidade de títulos e outros papéis públicos; falsidade documental; fraudes em certames de interesse público.....	11
Crimes contra a Administração Pública. Crimes praticados por funcionário público e por particular contra a administração em geral.....	13
Lei nº 8.137/1990 (crimes contra a ordem tributária).....	20
Lei nº 10.028/2000 (crimes contra as finanças públicas).....	25
Infração administrativa.....	26

DIREITO TRIBUTÁRIO

Tributo. Conceito e classificação (impostos, taxas, contribuições de melhoria, empréstimos compulsórios e contribuições diversas).....	01
Normas gerais de direito tributário. Legislação tributária (Constituição, emendas à Constituição, leis complementares, leis ordinárias, medidas provisórias, leis delegadas, decretos legislativos, resoluções do Senado Federal, decretos e normas complementares); vigência e aplicação da legislação tributária; interpretação e integração da legislação tributária.....	04
Obrigação tributária principal e acessória; hipótese de incidência e fato gerador da obrigação tributária; sujeição ativa e passiva; solidariedade; capacidade tributária; domicílio tributário.....	07
Responsabilidade tributária. Conceito; responsabilidades dos sucessores; responsabilidade de terceiros; substituição tributária; responsabilidades por infrações.....	11
Crédito tributário. Conceito; constituição; lançamento (modalidades de lançamento; hipótese de alteração do lançamento); suspensão da exigibilidade; extinção; exclusão; garantias e privilégios do crédito tributário.....	13
Administração tributária. Características, prerrogativas, fiscalização; dívida ativa; certidões negativas.....	18
Sistema Tributário Nacional. Princípios gerais; regime especial de tributação das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Lei Complementar nº 123/2006); limitações ao poder de tributar; tributos de competência da União (impostos, taxas, contribuições de melhoria, empréstimos compulsórios e contribuições diversas); tributos de competência dos Estados e do Distrito Federal (impostos, taxas, contribuições de melhoria, contribuições para custeio do regime previdenciário); tributos de competência dos Municípios e do Distrito Federal (impostos, taxas, contribuições de melhoria, contribuições para custeio do regime previdenciário e contribuição para custeio do serviço de iluminação pública); repartição das receitas tributárias.....	20
ICMS nas operações interestaduais e nas exportações e importações (Lei Complementar nº 87/1996).....	30
Convênios para a concessão de isenções de ICMS (Lei Complementar nº 24/1975).....	32
Lei Complementar nº 116/2003 (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência dos Municípios e do Distrito Federal, e dá outras providências.).....	34
Lei Complementar nº 160/2017 (Dispõe sobre convênio que permite aos Estados e ao Distrito Federal deliberar sobre a remissão dos créditos tributários, constituídos ou não, decorrentes das isenções, dos incentivos e dos benefícios fiscais ou financeiro-fiscais instituídos em desacordo com o disposto na alínea "g" do inciso XII do § 2º do art. 155 da Constituição Federal e a reinstituição das respectivas isenções, incentivos e benefícios fiscais ou financeiro-fiscais).....	40

SUMÁRIO

CONTABILIDADE GERAL

Contabilidade. Conceito, objeto, objetivos, campo de atuação e usuários da informação contábil.....	01
Princípios e Normas Brasileiras de Contabilidade Geral (NBC TG).....	02
Conceitos, forma de avaliação, evidenciação, natureza, espécie e estrutura: Atos e fatos administrativos.....	06
Livros contábeis e fiscais obrigatórios e documentação contábil.....	07
Variação do patrimônio líquido. Receita, despesa, ganhos e perdas.....	08
Apuração dos resultados.....	08
Regimes de apuração. Caixa e competência.....	09
Escrituração contábil. Lançamentos contábeis; contas patrimoniais, resultado.....	10
Fatos contábeis. Permutativos, modificativos e mistos.....	12
Itens Patrimoniais. Conteúdo, conceitos, estrutura, formas de avaliação e classificação dos itens patrimoniais do ativo, do passivo e do patrimônio líquido.....	14
Demonstrações contábeis. Balanço patrimonial, demonstração do resultado do exercício, demonstração de lucros ou prejuízos acumulados, demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstração dos fluxos de caixa e demonstração do valor adicionado.....	18
Notas explicativas às demonstrações contábeis. Conteúdo, forma de apresentação e exigências legais de informações.....	23
Ajustes, classificações e avaliações dos itens patrimoniais exigidos pelas novas práticas contábeis adotadas no Brasil trazidas pela Lei nº 11.638/2007 e Lei nº 11.941/2009.....	23
Estoques. Tipos de inventários, critérios e métodos de avaliação.....	25
Apuração do custo das mercadorias vendidas, tratamento contábil dos tributos incidentes em operações de compras e vendas.....	26

CONTABILIDADE DE CUSTOS

Conceitos gerais e terminologia aplicável à contabilidade de custos.....	01
Conceitos e classificação dos custos.....	01
Apropriação dos custos à produção. Conceito e critérios de atribuição dos custos.....	03
Departamentalização. Conceito, tratamento contábil, forma de apropriação e impacto no custo do produto.....	03
Taxa de aplicação dos custos indiretos de produção.....	04
Apuração da produção acabada, dos produtos em elaboração e dos produtos vendidos.....	04
Utilização de equivalentes de produção.....	05
Tipos de produção. Conceito, aplicabilidade, tratamento contábil e apropriação dos custos. Produção por ordem, produção contínua, produção conjunta.....	06
Tipos de custeio. Conceitos, diferenciações, apropriação dos custos, impactos nos resultados.....	08
Formas de controle dos custos.....	09
Custos estimados. Conceito, tratamento contábil, análise das variações.....	09
Custos controláveis. Conceito, tratamento contábil e aplicação.....	10
Margem de contribuição. Conceito, cálculos e aplicação.....	11
Análise do custo × volume × lucro.....	12
Variações do ponto de equilíbrio.....	12
Grau de alavancagem operacional.....	13
Margem de segurança.....	14

SUMÁRIO

ECONOMIA

Introdução geral aos problemas econômicos. Escassez e escolha; a curva de possibilidades de produção; fatores de produção; produtividade e remuneração dos fatores de produção; livre mercado; o papel do governo em uma economia em desenvolvimento.....	01
Microeconomia. Lei da oferta e da demanda; as curvas de demanda e de oferta; elasticidade-preço; fatores que afetam a elasticidade-preço; elasticidade-renda; noções de teoria da produção; função de produção; conceitos básicos de custos de produção; preço e produto em concorrência perfeita e no monopólio; eficiência econômica; bens públicos e falhas no sistema de mercado.....	02
Macroeconomia. As contas nacionais; conceitos de produto e de renda; os agregados macroeconômicos; renda e produto de equilíbrio; consumo, poupança e investimento; o multiplicador; o setor governo e a política fiscal; déficits e dívida pública; políticas de estabilização.....	05
Moeda e crédito. Conceitos e funções da moeda; base monetária e meios de pagamento; o multiplicador monetário; o Banco Central e os instrumentos de controle monetário; o Sistema Financeiro Nacional.....	08
Comércio exterior. Balanço de Pagamentos. Conceito e estrutura das principais contas; equilíbrio e desequilíbrio do balanço de pagamentos; taxas de câmbio; sistemas de taxas de câmbio fixas e flexíveis.....	11

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Gerência de Projetos. Conceitos. Processos do PMBOK. Gestão de Processos de Negócio. Modelagem de processos. Técnicas de análise e modelagem de processo. BPM (Business Process Modeling). Gerência de Serviços de TI. Fundamentos da ITIL® (Versão 3). Fundamentos de COBIT (Versão 5).....	01
Banco de dados. Conceitos. Modelagem de dados relacional. Modelagem de dados multidimensional. Conceitos e estratégias de implantação de Data Warehouse, OLAP, Data Mining, ETL e Business Intelligence.....	29
Segurança da informação. Conceitos básicos. Plano de continuidade de negócio. Noções sobre criptografia, assinatura digital e autenticação. Certificação digital. Auditoria, vulnerabilidade e conformidade.....	100

RACIOCÍNIO LÓGICO

Estrutura lógica de relações arbitrárias entre pessoas, lugares, objetos ou eventos fictícios; deduzir novas informações das relações fornecidas e avaliar as condições usadas para estabelecer a estrutura daquelas relações.....	01
Compreensão e elaboração da lógica das situações por meio de: raciocínio verbal; raciocínio matemático; raciocínio sequencial; orientação espacial e temporal; formação de conceitos; discriminação de elementos. Compreensão do processo lógico que, a partir de um conjunto de hipóteses, conduz, de forma válida, a conclusões determinadas.....	32

CONTABILIDADE PÚBLICA

Sistema de Contabilidade Federal.....	01
Composição Do Patrimônio Público. Patrimônio Público. Ativo. Passivo Saldo Patrimonial.....	01
Variações Patrimoniais. Qualitativas. Quantitativas. Receita e despesa sob o enfoque patrimonial.....	05
Mensuração de ativos. Ativo imobilizado. Ativo intangível. Reavaliação e redução ao valor recuperável. Depreciação, amortização e exaustão.....	05
Mensuração de passivos. Provisões. Passivos contingentes.....	08
Tratamento contábil aplicável aos impostos e contribuições.....	09

SUMÁRIO

Sistema de custos. Aspectos legais do sistema de custos. Ambiente da informação de custos. Características da informação de custos. Terminologia de custos.....	10
Plano De Contas Aplicado Ao Setor Público. Demonstrações Contábeis Aplicadas Ao Setor Público. Balanço Orçamentário. Balanço Financeiro. Demonstração Das Variações Patrimoniais. Balanço Patrimonial. Demonstração De Fluxos De Caixa. Demonstração Das Mutações Do Patrimônio Líquido. Notas Explicativas Às Demonstrações Contábeis. Consolidação Das Demonstrações Contábeis.....	13
Transações no setor público.....	25
Despesa pública. Conceito, etapas, estágios e categorias econômicas.....	25
Receita pública. Conceito, etapas, estágios e categorias econômicas.....	29
Execução orçamentária e financeira.....	32
Conta única do Tesouro Nacional.....	35
Sistema Integrado de Administração Financeira. Conceitos básicos, objetivos, características, instrumentos de segurança e principais documentos de entrada.....	39
Suprimento de Fundos.....	39
Norma Brasileira de Contabilidade – NBC TSP.....	40
Regime contábil.....	76

FINANÇAS PÚBLICAS

Objetivos, metas, abrangência e definição.....	01
Funções do Estado.....	02
Financiamento dos gastos públicos. Tributação e equidade.....	03
A função do bem-estar; políticas alocativas, distributivas e de estabilização.....	02
Instrumentos e recursos da economia pública (política fiscal, regulatória e monetária).....	05
Tributação. Tipos de tributos; progressividade, regressividade e neutralidade.....	03
Receita orçamentária. Classificação, estágios (etapas) da receita, regime de execução orçamentária, recursos orçamentários, deduções da receita orçamentária.....	07
Despesa orçamentária. Classificação da despesa orçamentária sob seus diversos enfoques, estágios (fases) da despesa orçamentária.....	08
Orçamento público. Conceitos e princípios orçamentários, tipos de orçamento, técnicas de elaboração orçamentária.....	10
Ciclo orçamentário.....	12
Créditos adicionais. Conceitos, tipos, requisitos para abertura, fontes de recursos, incorporação ao orçamento.....	14
Conceito de déficit público; financiamento do déficit; sustentabilidade da política fiscal.....	16
Crédito público. Fonte alternativa de financiamento das despesas públicas; limites do crédito público.....	14
Reforma Administrativa e Reforma Previdenciária.....	17
Política fiscal. Equilíbrio orçamentário; estabilização da moeda; pleno emprego; desenvolvimento econômico; redistribuição da renda.....	19
Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal). Princípios, objetivos; limites para dívida; "regra de ouro" (Constituição Federal, art. 167, III); renúncia de receita; geração de despesas. Transferências voluntárias. Conceito e requisitos. Destinação de recursos para o setor privado. Requisitos e vedações.....	20
Ordenador de despesa. Conceito; ordenador primário; delegação de competência.....	23

ÍNDICE

FINANÇAS PÚBLICAS

Objetivos, metas, abrangência e definição.....	01
Funções do Estado.....	02
Financiamento dos gastos públicos. Tributação e equidade.....	03
A função do bem-estar; políticas alocativas, distributivas e de estabilização.....	02
Instrumentos e recursos da economia pública (política fiscal, regulatória e monetária).....	05
Tributação. Tipos de tributos; progressividade, regressividade e neutralidade.....	03
Receita orçamentária. Classificação, estágios (etapas) da receita, regime de execução orçamentária, recursos orçamentários, deduções da receita orçamentária.....	07
Despesa orçamentária. Classificação da despesa orçamentária sob seus diversos enfoques, estágios (fases) da despesa orçamentária.....	08
Orçamento público. Conceitos e princípios orçamentários, tipos de orçamento, técnicas de elaboração orçamentária.....	10
Ciclo orçamentário.....	12
Créditos adicionais. Conceitos, tipos, requisitos para abertura, fontes de recursos, incorporação ao orçamento.....	14
Conceito de déficit público; financiamento do déficit; sustentabilidade da política fiscal.....	16
Crédito público. Fonte alternativa de financiamento das despesas públicas; limites do crédito público.....	14
Reforma Administrativa e Reforma Previdenciária.....	17
Política fiscal. Equilíbrio orçamentário; estabilização da moeda; pleno emprego; desenvolvimento econômico; redistribuição da renda.....	19
Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal). Princípios, objetivos; limites para dívida; "regra de ouro" (Constituição Federal, art. 167, III); renúncia de receita; geração de despesas. Transferências voluntárias. Conceito e requisitos. Destinação de recursos para o setor privado. Requisitos e vedações.....	20
Ordenador de despesa. Conceito; ordenador primário; delegação de competência.....	23

OBJETIVOS, METAS, ABRANGÊNCIA E DEFINIÇÃO

As finanças públicas são um ramo do estudo econômico em que temos o governo, responsável pela aplicação de políticas que visem ao contínuo aumento do bem estar da população. E para que o governo possa realizar políticas de alocação e de realocação de recursos escassos, torna-se imprescindível a existência de fontes de arrecadação de recursos, necessárias ao pagamento dos gastos públicos e ao custeio da “máquina pública”, que também é responsável pelos estudos e aplicações de políticas econômicas objetivadas na equidade e crescimento da renda.

Sendo assim, podemos **definir** as finanças públicas como a terminologia que tem sido tradicionalmente aplicada ao conjunto de problemas da política econômica que envolvem o uso de medidas de tributação e de dispêndios públicos. A utilização de termos como “tributação” e “dispêndios públicos” indicam que as finanças públicas possuem grande relação com a atividade fiscal do Estado. Por isso que utilizamos de diversos conceitos trazidos do direito financeiro, como créditos, receitas, despesas, etc.

Para melhor compreender a importância desse campo de estudo, é necessário fazer um breve histórico sobre o papel do Estado na atividade econômica.

No início, a teoria econômica propugnava que seria o próprio mercado o agente responsável por trazer o máximo de bem estar aos indivíduos e às empresas. Formalmente, esta teoria foi inaugurada no livro “A Riqueza das Nações”, de Adam Smith, e as suas ideias principais ficaram conhecidas como **teoria clássica da economia**. Segundo esta teoria, o próprio mercado seria capaz de decidir os preços adequados, alcançar níveis adequados de emprego e trazer o máximo de bem estar a todos.

Neste sentido, haveria uma espécie de “mão invisível” regulando o mercado, e fazendo com que a soma das decisões individuais conduzisse a economia ao melhor resultado possível para a coletividade. Tudo isso sem intervenção governamental. Para essa corrente, o Estado teria uma atuação mínima, não podendo intervir no mercado quando bem entendesse.

No entanto, esta visão mudou a partir da década de 1930, com a Grande Depressão. Os dogmas da teoria clássica, à época, não foram suficientes para afastar o desemprego e o grande desequilíbrio vivido no período após a crise de 1929. Houve, a partir de então, uma dramática evolução sobre o papel do governo na economia.

John Maynard Keynes, em seu livro “The general theory of employment, interest and money” (1936), criou uma nova compreensão dos mecanismos da determinação dos níveis de produção e emprego, assinalando a importância da atividade governamental na compensação dos eventuais declínios do consumo das famílias e investimentos das empresas, que acompanham qualquer período recessivo.

Segundo Keynes, a economia sem a presença do governo, sendo fruto apenas da “mão invisível” do mercado, acabaria sucumbindo regularmente a crises que não poderiam ser solucionadas sem a intervenção do governo. Para Keynes, caberia ao Estado tomar determinadas decisões sobre o controle da moeda, do crédito e do nível de investimento.

Esta evolução nascida com os ideais keynesianos foi a **primeira grande evolução do papel do governo na economia**. Houve outros importantes avanços, com destaque para Richard Musgrave, com a publicação de seu livro “The theory of public finance”, em 1959.

Atualmente, a Constituição Federal disciplina a atividade do Estado dentro da economia. Segundo o artigo 170 da CF/1988, a ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social. O Estado poderá atuar na esfera econômica de diversas formas, seja diretamente, nos termos do artigo 173 da CF/1988, quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, conforme definidos em lei; ou ainda mediante pessoas jurídicas de direito privado que atuam em seu nome, como as empresas públicas e as sociedades de economia mista.

Os **objetivos** das finanças públicas possuem relação com as funções de Estado. São ao todo quatro:

- A) Função alocativa:** é a função relacionada a medidas e programas realizadas pelo governo no intuito de usar os recursos produtivos da economia. O Estado divide os recursos que serão usados pelo poder público e privado. Um exemplo de função alocativa é a construção de uma estrada ou usina de energia.
- B) Função distributiva:** está relacionada com a distribuição de renda de um país no intuito de manter uma população mais homogênea e igualitária. É a distribuição de renda de forma justa e o redirecionamento de recursos para serviços como a saúde, um dos mais usados pela população de baixa renda.
- C) Função estabilizadora:** essa função está baseada no intuito do governo de estabilizar a economia quando o mercado não consegue garantir que isso ocorra. Ele age reduzindo os preços, estabilizando os juros, aumentando a oferta de empregos, reduzindo a inflação, etc. Essa função é bem distinta das anteriores, uma vez que o governo não pode esperar uma decisão do mercado e por isso utiliza a política fiscal para manter a economia estável.

EXERCÍCIOS COMENTADOS

1.(PGE-BA – PROCURADOR DO ESTADO – CESPE – 2014) No que se refere ao direito financeiro, julgue os próximos itens.

O instrumento legislativo exigido pela CF, na esfera federal, para dispor sobre normas de finanças públicas é sempre a lei complementar.

() CERTO () ERRADO

Resposta: CERTO. A questão faz alusão a matéria da recepção constitucional. Segundo o artigo 163, inciso I, da CF/1988, é matéria exclusiva de lei complementar a disposição sobre finanças públicas. A Lei nº 4.320/1964, que legisla sobre a matéria, foi recepcionada pela nova constituição, mas acabou alterando sua natureza para lei complementar, apesar de materialmente ser uma lei ordinária.

2.(AGU – PROCURADOR FEDERAL – CESPE – 2013) A respeito de finanças públicas na CF, julgue os próximos itens.

De acordo com o princípio orçamentário da universalidade, o orçamento deve conter a totalidade das receitas e das despesas estatais. Decorre desse princípio o dispositivo constitucional que determina que a lei orçamentária anual compreenderá o orçamento de investimentos das empresas em que a União detenha qualquer participação no capital social.

() CERTO () ERRADO

Resposta: ERRADO. O princípio da universalidade é aquele que dispõe que o orçamento deve conter todas as receitas e despesas da União, inclusive das suas empresas, desde que detenha maioria do capital votante. As outras empresas que possuem a maioria do capital votante composto pela esfera privada, a grosso modo, não são consideradas empresas públicas e, por isso, não se sujeitam aos princípios orçamentários.

FUNÇÕES DO ESTADO. A FUNÇÃO DO BEM-ESTAR; POLÍTICAS ALOCATIVAS, DISTRIBUTIVAS E DE ESTABILIZAÇÃO

Apesar de já termos traçado alguns contornos dessa matéria, convém fazer maiores ponderações sobre as diversas funções do Estado brasileiro.

Historicamente, houve uma evolução do papel do Estado, no que diz respeito a intervenção do mesmo na economia. Se, antes, o Estado era uma figura ausente, de atuação mínima, e garantindo ampla liberdade para os particulares, houve grandes mudanças dessa atuação ao

longo da História

Podemos indicar como uma principal função na economia a **função de bem-estar social**. Cumpre aos governos não apenas a garantia dos direitos e liberdade individuais, mas também há um dever de atuação positiva, de modo a promover maior qualidade de vida a seus cidadãos, promovendo mais saúde, educação, infraestrutura, saneamento básico, etc.

Atualmente sabe-se que o Estado, no exercício de suas atividades de natureza econômica, bem como para melhor promover esse bem-estar social, possui ao menos quatro funções.

1. Função Alocativa

Para compreender a função alocativa, antes, é imprescindível conhecer dois conceitos. Primeiramente, devemos comentar sobre a eficiência de mercado, e as falhas de mercado.

A **eficiência de mercado** é uma situação teórica em que os agentes econômicos estão em uma situação tal de bem estar em que só é possível melhorar a situação de um indivíduo se piorarmos a situação de outro indivíduo. Em Economia, os mercados organizados sob a forma de concorrência perfeita são ditos eficientes. Um mercado competitivo (concorrência perfeita) possui infinitos compradores, infinitos vendedores, perfeita difusão do conhecimento e ausência de barreiras à entrada de produtores no mercado.

As **falhas de mercado** são situações que impedem que ocorra uma situação de ótimo de Pareto. Ou seja, são situações que pioram ou afastam os mercados da eficiência econômica, por uma série de razões: a) externalidades, b) existência de bens públicos, falhas de informação, etc.

Assim, o Estado poderá tomar qualquer medida que tenha como objetivo a melhoria da eficiência econômica, ou redução de falhas de mercado. Tais medidas serão enquadrada como função alocativa. No entanto, lembre-se de que, num cenário real, em que os recursos financeiros são inferiores às possibilidades de gasto, ao optar pelo desenvolvimento de um setor, o governo acaba abrindo mão de outras escolhas possíveis.

2. Função Distributiva

A função distributiva diz respeito a mecanismos para buscar um nível de distribuição de riqueza ideal, baseado em crenças, valores e premissas que determinem essa distribuição, de acordo com a cultura de cada sociedade.

O instrumento mais utilizado e mais famoso de distribuição é o **sistema de tributos e transferências**, especialmente os **tributos progressivos**. Além disso, o Estado poderá utilizar-se de outros expedientes como a política de subsídios, salário mínimo, proteção tarifária, renúncia fiscal, entre outros. Recentemente, o programa Bolsa-família é o exemplo mais clássico de política de distribuição de renda.



FIQUE ATENTO!

Pode aparecer uma questão em que temos uma atividade do Estado que, ao alocar recursos de um setor para outro, pode também gerar maior distribuição de renda, beneficiando as camadas mais pobres da sociedade. Qual a função de Estado seria a "opção correta", neste caso? Isso vai depender muito do enunciado da questão: se ele utiliza aspectos tributários, é provável que seja a função distributiva. Caso contrário, é função alocativa.

3. Função estabilizadora

É a função que se destina ao atingimento e/ou manutenção da estabilidade econômica. O funcionamento do sistema de mercado não é por si só capaz de assegurar altos níveis de emprego, estabilidade de preços e altas taxas de crescimento econômico.

Assim sendo, a intervenção do governo pode ser importante no sentido de proteger a economia de flutuações indesejadas, caracterizadas por alto nível de desemprego e/ou alto nível de inflação. Para isso, o governo utiliza instrumentos de política macroeconômica (políticas fiscal e monetária), visando à manutenção de níveis adequados de emprego, renda, inflação, taxa de câmbio, contas externas, endividamento público, etc.

A função estabilizadora também é chamada, às vezes, de anticíclica no sentido de que o governo adota medidas para controlar ou ir contra o ciclo. Assim, se a economia cresce demais, o governo adota medidas para conter esse crescimento. Se a economia entra em recessão (períodos de desemprego, por exemplo), o governo adota medidas para fazer com que a economia cresça.

Observe que o Estado raramente utiliza uma única função no exercício de suas atribuições: tais funções acabam atuando de forma conjunta para solucionar os problemas da sociedade.

4. Função reguladora

Doutrinariamente, existe uma discussão acerca de uma nova função de Estado. Consiste na função de regular o processo econômico com a criação de leis e normas por meio de agências reguladoras como ANATEL, ANVISA, ANEEL, etc.

Apesar de não haver uma atuação direta dentro do mercado econômico, não podemos deixar de mencionar que o Estado possui ampla função legislativa, com liberdade para regulamentar diversos setores da sociedade. A atuação do legislador pode gerar um maior crescimento em algum setor econômico, ou ainda incentivar a exportação/importação, pela alteração das alíquotas dos respectivos impostos.



EXERCÍCIO COMENTADO

1.(MPU – ANALISTA DE ORÇAMENTOS – CESPE – 2013) A respeito do Estado e da atuação do governo nas finanças públicas, julgue o item a seguir.

A atividade estatal na alocação de recursos justifica-se naqueles casos em que não houver a necessária eficiência por parte do mecanismo de ação privada, como no caso de investimentos e infraestrutura econômica.

() CERTO () ERRADO

Resposta: CERTO. A questão menciona a função alocativa do Estado brasileiro. É a função que visa à promoção de ajustamentos na alocação de recursos. É o Estado oferecendo determinados bens e serviços necessários e desejados pela sociedade, porém que não são providos pela iniciativa privada, desestimulando-a, desse modo, nesses setores.

2.(TJ-RR – ADMINISTRADOR – CESPE – 2012) Entre os motivos que ensejam a intervenção do Estado na economia inclui-se a existência de bens públicos e de externalidades.

() CERTO () ERRADO

Resposta: CERTO. Bens públicos são aqueles bens em que a utilização por um indivíduo não pode prejudicar a utilização dos demais. O fato dele ser "público" significa que é um bem pertencente a todos, e não necessariamente um bem "do Estado". As externalidades são fatos independentes e involuntários da esfera privada, que podem ser positivas (ações de empresas ou indivíduos resultam em benefícios diretos ou indiretos para outros indivíduos ou empresas) ou negativas (ação de determinado indivíduo ou empresa prejudica, direta ou indiretamente, os demais indivíduos ou empresas). Ambos os casos, mais as falhas de mercado, são fatores que ensejam a intervenção do Estado na economia.

FINANCIAMENTO DOS GASTOS PÚBLICOS. TRIBUTAÇÃO E EQUIDADE. TRIBUTAÇÃO. TIPOS DE TRIBUTOS; PROGRESSIVIDADE, REGRESSIVIDADE E NEUTRALIDADE

Gastos ou despesas é o dispêndio de dinheiro público que o Governo faz, por meio das Secretarias de Estado e dos outros órgãos e entidades estaduais, em compras de diversos materiais de consumo, contratação e pagamento de vários tipos de serviços necessários à prestação dos serviços públicos ou à manutenção das ações e dos bens públicos. Justamente porque nada é gratuito, a atividade estatal também enseja na utilização de recursos públicos.

Mas o Estado não pode apenas realizar gastos livremente: ele deve, também, atuar para arrecadar recursos de seus cidadãos, como forma de sustentar a máquina pública. É o que se denomina de criação de receitas, isso é, o conjunto de bens e valores que entram nos cofres públicos.

Uma das formas de criar receita, realizando um financiamento dos gastos públicos, é a tributação.

1. Tributação e equidade

O Brasil conta com um Sistema Tributário Nacional (STN) bastante complexo, regulamentado tanto em âmbito constitucional (artigos 145 e seguintes), quanto em âmbito legislativo (Código Tributário Nacional – CTN).

O referido sistema possui uma matriz tributária, isso é, um conjunto de fundamentos e alicerces que determinam a configuração do próprio sistema tributário. Entende-se que o desenvolvimento da ideia da matriz tributária possibilita a identificação e a consideração das características econômicas, sociais e políticas que permeiam o processo de escolhas, que, por sua vez, culminam nas consequências geradas pela manutenção do sistema tributário e financeiro nas suas atuais conjunturas.

O fundamento da obrigação de tributar, como já vimos, é justamente para financiar os gastos públicos realizados pelo Estado, no exercício de suas atividades que beneficiam os particulares. Ocorre que, com o passar do tempo, vemos no cenário social que algumas camadas sociais acabam se beneficiando/prejudicando mais com os deveres de tributação do que outras.

Tomemos como exemplo o imposto sobre a propriedade de veículo automotor, sobre o mesmo carro, cujos donos pertencem às classes sociais distintas. Para o proprietário integrante de classe econômica mais alta, o pagamento do referido imposto não lhe enseja grandes problemas financeiros. Contudo, não pode-se dizer o mesmo para o proprietário do mesmo veículo, mas que não vive nas mesmas condições financeiras do que o primeiro.

Observando este cenário, há uma maior preocupação em realizar uma melhor distribuição do ônus tributário, promovendo maior equidade entre os contribuintes.

Os **critérios** de promoção da equidade tributária descobertas ao longo dos tempos são diversos, mas podemos destacar os dois critérios mais utilizados para promover essa correção dentro do sistema tributário brasileiro:

- A) Critério dos benefícios:** esse critério leva em consideração a quantidade de benefícios que o contribuinte recebe. Aquele que recebe mais benefícios, deve pagar mais tributos. Tal critério não se torna muito efetivo, uma vez que ele desconsidera qualquer outro aspecto relevante, como a classe econômica do contribuinte.
- B) Critério da capacidade:** tal critério mostra-se bem mais efetivo, uma vez que ele analisa os contribuintes segundo a sua capacidade contributiva. Assim, quem pode contribuir mais com o Sistema Tributário, deve, logicamente, pagar a mais do que aquele que não pode contribuir com a mesma ênfase.

2. Tipos de tributos: progressividade, regressividade e neutralidade

Os tipos de tributos, no Brasil, são diversos. Não é nosso objetivo fazer uma análise pormenorizada de cada tributo, essa é uma tarefa do direito tributário. Vamos, apenas, dividi-los em grupos de classificação

- A) Tributos diretos:** são aqueles que incidem sobre o “Contribuinte de Direito”, o qual não tem, pelo menos teoricamente, a possibilidade de repassar para outrem o ônus tributário. No Imposto de Renda da pessoa física assalariada, por exemplo, é o empregado quem suporta a obrigação, não havendo condições de ocorrer a repercussão.
- B) Tributos indiretos:** aqui temos uma divisão entre o “contribuinte de direito” e o “contribuinte de fato”. Apesar da carga tributária recair sobre o contribuinte de direito, quem, de fato, suporta o ônus fiscal é outra pessoa. O IPI e o ICMS são impostos indiretos. Uma vez que o consumidor final é que, de fato, acaba por suportar a carga tributária, embora não seja designado pela lei como contribuinte desses impostos.
- C) Tributo adicional:** é aquele tributo que seu fato gerador é representado pelo pagamento de outro imposto. Como exemplo, temos o adicional de 10% do Imposto de Renda para a pessoa jurídica.
- D) Tributo fixo:** é o tributo que apresenta em seu *quantum* um valor certo, determinado, independente de cálculos. Como exemplo, o ISS dos profissionais liberais apresenta base de cálculo e alíquotas já fixadas em lei.
- E) Tributo proporcional:** quando estabelecido em porcentagem única incidente sobre o valor da matéria tributável, crescendo o valor do imposto apenas quando o valor básico para o cálculo sofra crescimento (é o caso de ICMS, IPI e o ISS incidente sobre a receita, seu valor cresce à medida que a receita se altera).
- F) Tributo progressivo:** Quando suas alíquotas são fixadas em porcentagens variáveis e crescentes, conforme a elevação de valor da matéria tributável. Um exemplo clássico de imposto progressivo é o imposto de renda de pessoas físicas.
- G) Tributos regressivos:** ao contrário dos progressivos, tais tributos são cobrados em porcentagens iguais sobre contribuintes, não levando em conta a capacidade econômica daquele que suportará o ônus fiscal. Isto o torna “regressivo”, ou seja, os contribuintes com menores condições econômicas acabam pagando (proporcionalmente) maior parcela de tributos sobre suas rendas. O ICMS, IPI, PIS e COFINS são exemplos de regressivos (simultaneamente, são também classificados como indiretos). O problema da falta de equidade na tributação brasileira consiste no fato de que a grande maioria dos impostos brasileiros são regressivos, isso é, as pessoas mais ricas pagam, proporcionalmente à renda, bem menos tributos que a população mais pobre.